



ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE ENTRE COMPETÊNCIAS EDUCACIONAIS E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

Eduardo Carlos Dutra

eduardo025carlos@gmail.com

Prof. Drº Duarcides Ferreira Mariosa

duarcides@gmail.com

Profª Drª Denise Helena Lombardo Ferreira

lombardo@puc-campinas.edu.br

Prof Drº Diego de Melo Conti

diego.conti@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica – Campinas

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a compatibilidade entre as competências educacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, comparando os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular com o que propõe a Agenda 2030 no ODS 4 “Educação de qualidade” através das suas metas e indicadores. O trabalho é de natureza aplicada, abordagem qualitativa, possuiu objetivo exploratório e delineamento descritivo. A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental. O estudo permitiu identificar que a Base Nacional Comum Curricular que rege a educação no país, ao criar as suas competências baseou-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, considerando todas as redes de ensino, públicas e particulares, a obrigatoriedade de obter em seus currículos e a realização das metas propostas.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Educação, Agenda 2030, Base Nacional Comum Curricular.



1. Introdução

Devido ao iminente crescimento global e o consumismo generalizado surge cada vez mais a preocupação com questões que envolvem a sustentabilidade, principalmente no que diz respeito ao uso demasiado dos recursos não-renováveis. Por este motivo torna-se necessário repensar e replanejar o caminho a ser trilhado. A educação é uma grande aliada, pois os formadores de opinião poderão levar adiante esse legado.

Sartori et al. (2023) ressaltam que a degradação ambiental tem crescido no mundo e a educação com foco no meio ambiente e na sustentabilidade passou a ser integrada em diversas conferências e agendas internacionais, além de ter estimulado a criação de diversos movimentos sociais com o objetivo de encontrar soluções para o enfrentamento da crise ambiental, no intuito de permitir que as futuras gerações tenham condições de vida digna.

Segundo Jacobi (2003) para desenvolver a sustentabilidade é preciso definir limites, possibilidades de crescimento e traçar iniciativas, levando em conta participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas, com diálogo para reforçar a corresponsabilidade e a construção de valores éticos.

Atualmente a Educação Básica no Brasil é regida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento criado em 2017, em caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a terem assegurados os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e éticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC, 2017).

Quando se trata de Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem garantir aos estudantes o desenvolvimento de dez competências que serão elucidadas mais à frente, que afirmam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas do dia a dia quando se trata do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2017, p.8).

Em paralelo, a Agenda 2030 é um documento global publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015, com propósitos ambiciosos e transformadores elaborados em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas mundiais como plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade (ONU, 2015).

Segundo Jacobi (2003), refletir sobre a complexidade ambiental oportuniza o nascimento de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um pro-

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

cesso educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade, para promover a participação e alterar valores e práticas sociais, mudando a forma de pensar e transformando o conhecimento e as práticas educativas. Nos tempos atuais em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

Segundo Hoering e Hoering Júnior (2021), a Agenda 2030 é ambiciosa em seus objetivos e metas, envolvendo os diversos setores e atores da sociedade, convocando todos a assumir a sua parte de responsabilidade para este compromisso. No amplo contexto da educação, não é diferente, trazendo no âmbito da gestão educacional a proposta de assumir o direcionamento para a participação. A BNCC que rege a educação em âmbito nacional é um documento com normas que definem as aprendizagens essenciais de todos os alunos da educação básica.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo verificar de que forma as metas previstas para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4 estão sendo contempladas na Base Nacional Comum Curricular.

2. Fundamentação teórica

A escola deve ser um espaço onde a sustentabilidade é ensinada de maneira interdisciplinar, implementada no currículo de forma em que a aprendizagem esteja dentro do contexto e da realidade de quem aprende, com intenção de melhorar a qualidade de vida e possibilitar a formação do cidadão consciente (BRASIL, 2016).

Reconhecer a importância do ambiente educacional para o desenvolvimento da sustentabilidade passou a ter maior relevância a partir da Conferência Internacional Rio/92. Conferência na qual mais de 170 países assinaram tratados sobre a importância do ambiente para o alcance de um planeta equilibrado, com base nas ações desenvolvidas em nível local, nacional e global (BRASIL, 2012).

Segundo Jacobi (2003) é no ambiente escolar que os alunos recebem a base necessária para interrelacionar informações como, meio ambiente, resolução de problemas e a importância da responsabilidade em construir uma sociedade melhor e ambientalmente sustentável. Ou seja, a escola é um ambiente que possibilita promover o desenvolvimento sustentável.

Sartori et al. (2023) corroboram com este pensamento ao destacar que a educação que integra questões relacionadas ao meio ambiente e a sustentabilidade possui um conjunto de componentes de sensibilização e de competências para o fomento de conhecimento e o incentivo de atitudes para o enfrentamento dos desafios ambientais. É notável que o ensino sobre a sustentabilidade tem permeado o planeta e faz parte do ambiente escolar, entretanto, é necessário verificar se isso ocorre de maneira eficaz a ponto de formar cidadãos conscientes para o hoje e para o futuro.

Contemplar a sustentabilidade no currículo escolar não é unicamente o ponto necessário, para Tozoni-Reis (2007, p. 197), a educação tem “como preocupação central a prática social



transformadora, a construção de relações sociais plenas de humanidade dirigidas para a sustentabilidade social e ambiental”.

De acordo com o Ministério da Cultura e Educação (MEC), o Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído pela Lei nº13.005/2014 e tem como vigência o período de 10 anos, entre 2014/2024, possui dez diretrizes e vinte metas para guiar a educação brasileira neste período. São diretrizes do PNE:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Segundo MEC (2017), a Base Nacional Comum Curricular foi criada pelo PNE como uma estratégia de melhorar a Educação Básica, que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo obrigatória a utilização da Base Nacional Comum Curricular nos currículos de todas as redes públicas e particulares, estando prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ao analisar o que se apresenta como argumentos relacionados à educação, a Base Comum Curricular prevê que quando os alunos aprendem e entendem a importância da biodiversidade e do equilíbrio socioambiental, eles se tornam capazes de julgar hábitos de consumo envolvendo recursos naturais e artificiais, relacionando as questões biológicas e sociais necessárias para a manutenção da vida (BNCC, 2009). Sartori et al. (2023) enfatizam que essa estratégia possibilita os indivíduos a pensarem de maneira sistêmica, visualizando os vários lados de uma questão.

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas no Quadro 1, interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da Lei de Diretrizes e Base.

Quadro 1. Competências gerais da Educação Básica.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

| | |
|-----|--|
| 1. | Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. |
| 2. | Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. |
| 3. | Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. |
| 4. | Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. |
| 5. | Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. |
| 6. | Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. |
| 7. | Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. |
| 8. | Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. |
| 9. | Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. |
| 10. | Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários |

Fonte: MEC (2017, p. 9-10).



Segundo o MEC (2017), a BNCC é um instrumento fundamental para garantir um patamar de aprendizagem, é balizadora da qualidade de ensino e com o objetivo de superar a fragmentação das políticas de educação e oferecer acesso e a permanência a todos os alunos na escola.

Líderes de diversos países estiveram reunidos e comprometidos com a elaboração de uma ampla e universal agenda política. A Agenda 2030 é o marco para o desenvolvimento sustentável que busca a evolução cooperativa e tecnológica. A implementação da Agenda 2030 tem objetivos a favor dos dias atuais, bem como para as futuras gerações. Através de leis, a Agenda 2030 será implantada de maneira global (ONU BRASIL, 2022, s/p).

Segundo a Organizações das Nações Unidas:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU BRASIL, 2022, s/p).

O ODS 4 definido na Agenda 2030 para o Brasil: Educação de qualidade, divide-se em sete metas e cada meta possui seus indicadores como descreve o Quadro 2.

Quadro 2 - Metas e Indicadores do ODS 4: Educação de Qualidade.

| METAS BRASIL | INDICADORES (IPEA) |
|--|---|
| 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes. | 4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo. |
| 4.2 Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental. | 4.2.1 - Proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo 4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo |
| 4.3 Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e | 4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo |

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

| | |
|--|--|
| permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis. | |
| 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo. | 4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade |
| 4.5 Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade. | 4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados |
| 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática. | 4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo |
| 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. | 4.7.1 - Em que medida (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos professores e d) avaliação dos alunos. |

Fonte: IPEA (2017, s/p).

3. Metodologia

Com base em Cebrap (2016) e Gil (2019), esta pesquisa apresentou natureza aplicada, delineamento descritivo, abordagem qualitativa e possuiu objetivo exploratório.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

De acordo com Gil (2019), a pesquisa aplicada busca gerar conhecimento para a aplicação prática e dirigida à solução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos. Esses objetivos podem ser de médio ou curto prazo de alcance.

Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa busca a explicação sistemática de fatos que ocorrem no contexto social que, geralmente, encontra-se relacionado a uma multiplicidade de variáveis. É apropriada quando se busca estudar as crenças, os valores, as atitudes, as relações e práticas sociais, as estratégias, os modelos de gestão e as mudanças ocorridas no contexto organizacional, social, político e econômico. Para Chizzotti (2018, p. 89) a finalidade precípua da pesquisa qualitativa “é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis”, o que condiz com os objetivos deste trabalho.

A pesquisa é exploratória, tendo em vista que a pesquisa tem por objetivo estudar a concordância entre a proposta de sustentabilidade sugerida na Agenda 2030 para a educação, a Base Nacional Comum Curricular e a prática escolar no Brasil. Segundo Gil (2019, p. 41), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Com relação ao seu delineamento, a pesquisa caracterizou como descritiva. De acordo com Severino (2016, p. 123) pesquisa descritiva é aquela que além de “registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas”. Richardson (2017) afirma que o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo estudado, permitindo estabelecer relações entre as variáveis, para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto.

As pesquisas descritivas juntamente com as exploratórias são as mais adequadas quando os pesquisadores estão preocupados com a atuação prática. São também aplicadas aos estudos que envolvem, por exemplo, empresas privadas (GIL, 2019), o que condiz com os propósitos desta pesquisa.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental. Utilizou-se como fontes de informações a Agenda 2030 e a BNCC. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são técnicas importantes na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. As fontes de informações consultadas foram: Informações divulgadas no site das escolas, relatórios de órgãos públicos, artigos científicos, teses e dissertações que tratam deste tema.

4. Resultados

Segundo o MEC (2017) a BNCC considera que a educação deve criar valores e incentivar ações que contribuem com a transformação da sociedade, de forma humanizada, justa e para preservação da natureza, considerando-se alinhada com a Agenda 2030.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Em resposta aos objetivos deste artigo, comparou-se a meta 4.7 do ODS 4, o indicador 4.7.1 e as competências da BNCC descritos no Quadro 3.

Quadro 3. Comparação entre a meta 4.7 do ODS 4, indicador e a competência da BNCC

| | | |
|--|---|--|
| <p>Meta 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p> | <p>Indicador 4.7.1 - Em que medida (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos professores e d) avaliação dos alunos.</p> | <p>Competência geral sete da BNCC - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p> |
|--|---|--|

Fonte: Elaboração própria a partir do MEC (2017) e IPEA (2015).

1.1

1.2 Conforme observa-se no Quadro 3, a ODS 4.7 tem como objetivo promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, além de fomentar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Já a competência sete da BNCC, que se relaciona diretamente com essa meta, busca desenvolver nos estudantes habilidades e valores para que possam se tornar cidadãos críticos, autônomos e responsáveis, capazes de atuar de forma ética e colaborativa na sociedade. Ambas as iniciativas buscam garantir que a educação seja um instrumento de transformação social e de promoção da igualdade, valorizando a diversidade cultural e respeitando os direitos humanos. É fundamental que os sistemas educacionais e as práticas pedagógicas estejam alinhados com essas metas e competências, para favorecer a construção de uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

1.3 5. Conclusões

Este estudo analisou a partir da revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, a concordância entre as Competências da Educação Básica presentes na BNCC e a proposta apresentada na Agenda 2030.



Foi possível identificar que o Ministério da Educação ao elaborar as competências gerais no documento da Base Nacional Curricular que rege a Educação Básica no Brasil embasou-se nos Objetivos Desenvolvimento Sustentável propostos na Agenda 2030, principalmente o ODS 4 que trata da educação de qualidade. Desta forma todas as redes de ensino, públicas e particulares são regimentadas por tais práticas através da BNCC.

Ressalta-se a necessidade de continuidade da pesquisa a partir da análise das outras seis metas do ODS 4 existentes nas competências da BNCC no que se correlaciona com a Agenda 2030, sendo de suma importância a contribuição para um desenvolvimento sustentável e a preservação do planeta.

1.4 6. Referências bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** meio ambiente e saúde. Brasília: 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MEC/SEF. **Transformando nosso mundo:** A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, v. 9. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc-CEBRAP, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** 2015. Disponível: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 118, p. 189-205, 2003.

ONU BRASIL. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** Orientações para organizações políticas e a cidadania. 2018. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/articulando_programas_de_governos_com_agenda_2030.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 07 jun. 2022.



RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. (3. reimpressão). São Paulo: Cortez, 2016.

SARTORI, S. V. et al. Educação ambiental: práticas pedagógicas em escolas da rede PEA da Unesco localizadas na Região Metropolitana de Campinas/SP. 2022. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**, V. 18, No2:169-183, 2023.

TOZONI-REIS, M. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas In: Reunião Anual da ANPED, 30, 2007, Caxambu. **Anais**. Caxambu, 2007.

VIEIRA, D. S.; SALES, M. Importância da Educação Ambiental e uso sustentável de recursos dentro do Ambiente Escolar: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p. 33609-33614, 2021.